A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA A ÁFRICA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS OFICIAIS E ACORDOS DIPLOMÁTICOS IMPLEMENTADOS DURANTE O GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)

Tatiana Raquel Reis Silva[1]

Thamyra Mariana Costa e Costa[2]

INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um país insular, composto por dez ilhas, localizado na costa ocidental da África. A colonização Portuguesa se deu a partir do século XV, tornando-se um dos principais entrepostos do comércio atlântico, marcado pela escravidão e pela circulação de mercadorias. A independência foi conquistada em 1975, após um longo processo de luta anticolonial conduzido em conjunto com a Guiné-Bissau. Desde então, o país consolidou-se como uma jovem democracia africana, mantendo laços históricos, culturais e linguísticos com o mundo lusófono. Destaca-se por sua estabilidade política e pelas articulações de cooperação internacional, especialmente no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A análise das relações entre Brasil e Cabo Verde evidencia o caráter interdisciplinar da pesquisa, a partir do diálogo entre e História, ao recuperar processos de colonização, independência e integração internacional; Relações Internacionais, ao examinar a diplomacia e os acordos bilaterais; Ciência Política, ao discutir a inserção do país em organismos multilaterais; e Economia, ao considerar os impactos da cooperação em áreas como transporte aéreo, comércio e comunicação.

A pesquisa também se aproxima dos Estudos Culturais, na medida em que aborda dimensões identitárias e culturais que perpassam as interações entre os dois países. No cenário contemporâneo, a cooperação entre Brasil e Cabo Verde tem se consolidado como um dos eixos da Política Externa Brasileira para a África, com destaque para a dimensão educacional. Programas como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e a atuação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) exemplificam esse movimento, reforçando tanto a afinidade cultural e linguística quanto a intenção diplomática de ampliar a integração no Atlântico Sul. Contudo, tais iniciativas não estão livres de contradições.

Como observa Ruy Mauro Marini (2012), a política externa brasileira deve ser analisada a partir das dinâmicas do capitalismo dependente, nas quais práticas de cooperação podem, em determinados contextos, assumir traços subimperialistas. Dessa forma, o presente artigo busca analisar a política externa brasileira voltada para os países africanos, especificamente Cabo Verde, durante o governo de Michel Temer (2016-2018), com ênfase nos discursos oficiais e acordos diplomáticos. O estudo parte da compreensão de que a cooperação educacional entre Brasil e Cabo Verde revela tanto potencialidades quanto limites, permitindo refletir criticamente sobre a persistência de hierarquias coloniais e os desafios de uma cooperação verdadeiramente emancipatória.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter interdisciplinar, articulando História, Relações Internacionais e Estudos Pós-Coloniais. A construção do referencial teórico baseou-

1 Professora Doutora, vinculada ao Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão; Orientadora PIVIC/UEMA.
2 Discente do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIVIC/UEMA.

se em revisão bibliográfica sistemática, com leitura e fichamento de obras de Mbembe (2001), Said (1990), Quijano (2005), Marini (2012), Saraiva (2008), Furtado (2013) e Elíbio Júnior e Almeida (2013).

A análise empírica mobilizou três categorias de fontes primárias. Primeiro, fontes jornalísticas: reportagens veiculadas nos jornais Metrópoles, Valor Econômico e IVairs Blog sobre a visita do chanceler José Serra a Cabo Verde em maio de 2016. Segundo fontes oficiais: o texto integral do Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Cabo Verde, assinado em 31 de outubro de 2016, e sua tramitação legislativa por meio do Projeto de Decreto Legislativo nº 843/2017, com mensagens presidenciais e pareceres de comissões. Terceiro, fontes institucionais e jornalísticas sobre a participação do presidente Michel Temer na XII Conferência da CPLP, realizada na Ilha do Sal em julho de 2018 (Biblioteca da Presidência da República, 2018; UOL Notícias, 2018; G1, 2018).

Ficha das Fontes – Descrição/Resumo

1. Visita do Ministro José Serra a Cabo Verde (2016)

Fonte jornalística. Notícia da primeira viagem do então chanceler José Serra à África, com passagem por Cabo Verde em 28 de maio de 2016. Serra reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores Luis Filipe Tavares, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva e o presidente Jorge Carlos Fonseca. A fonte contribui para compreender o papel das visitas diplomáticas como instrumento de aproximação política e econômica entre Brasil e Cabo Verde.

Referências: Metrópoles (2016), Valor Econômico (2016), IVairs Blog (2016).

2. Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Cabo Verde (2016)

Documento oficial. Assinado em 31 de outubro de 2016, trata-se de um acordo bilateral que regula o tráfego aéreo entre os dois países, substituindo o anterior de 2004. Prevê concessão de direitos de tráfego aéreo, liberdade tarifária, isenções alfandegárias, mecanismos de cooperação técnica e comercial, além de dispositivos sobre segurança operacional e aviação civil. A tramitação legislativa é registrada no Projeto de Decreto Legislativo n.º 843/2017, aprovado pelo Congresso Nacional. Essa fonte primária evidencia a formalização jurídica da cooperação bilateral no setor de transportes.

Referências: Câmara dos Deputados (2016), Senado Federal (2018), Projeto de Decreto Legislativo nº 843/2017.

3. Participação do Presidente Michel Temer na XII Conferência da CPLP (2018)

Fontes jornalísticas e institucionais. Registram a presença de Michel Temer na Ilha do Sal, Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018, ocasião em que o Brasil transmitiu a presidência da CPLP a Cabo Verde. As reportagens destacam a assinatura de acordos de cooperação entre a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) e TVs públicas da CPLP, além da reafirmação do compromisso com a integração lusófona. Essa fonte é relevante por situar a cooperação Brasil–Cabo Verde no âmbito multilateral da CPLP.

Referências: Biblioteca da Presidência da República (2018), UOL Notícias (2018), G1 (2018).

Os discursos foram analisados a partir de três dimensões: o vocabulário utilizado (termos como "parceria", "desenvolvimento", "integração", "interesse mútuo"); os sujeitos privilegiados (quais atores são mencionados e como); e os silêncios significativos (o que é omitido ou deslocado em relação a governos anteriores). Essa metodologia permitiu identificar continuidades e rupturas na Política Externa Brasileira voltada para o continente africano ao longo do período investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro Teórico: Colonialidade, Pós-Colonialismo e Relações Internacionais

O Pós-Colonialismo é uma corrente teórica e crítica das ciências humanas e sociais que surge a partir da segunda metade do século XX, especialmente depois dos processos de descolonização da Ásia e da África. Seu ponto de partida é a constatação de que o colonialismo, embora formalmente encerrado com a independência política das antigas colônias, deixou heranças profundas e duradouras nas dimensões políticas, econômicas, culturais e epistemológicas.

Elíbio Júnior e Almeida (2013) ressaltam que a libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus demandou uma reflexão crescente acerca dos regimes coloniais, o que levou ao desenvolvimento de reflexões teórica sobre o Pós-Colonialismo. De acordo com os autores:

> A libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus e a diáspora dos povos dessas localidades em fluxos migratórios que reproduziram as rotas coloniais demandou uma reflexão crescente acerca dos regimes coloniais e das consequências então desconhecidas dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou "pós-colonial". A partir de então, uma série de análises e estudos voltados a este novo cenário mundial surgido dos escombros do colonialismo começaram a tomar corpo e a desenhar uma nova corrente teórica, o Pós-colonialismo (Elíbio Júnior; Almeida, 2013, p. 1).

Elíbio Júnior e Almeida (2013) afirmam que o mundo como um todo passou por grandes mudanças e transformações durante o século XX, impactando a política, a cultura e a econômica, o que levou a uma mudança no cenário mundial de forma extremamente rápida. Se tornou perceptível a nova divisão mundial no tocante ao trabalho, a transnacionalização da produção e do consumo, a fragmentação e disseminação das culturas, o multiculturalismo, a diluição das fronteiras e a pretensa multipolaridade de um mundo envolto em uma dualidade que anteriormente tinha como principal característica o imperialismo. Nesse contexto de mudanças, ocorria a descolonização da África e Ásia, um momento marcante do ponto de vista geopolítico.

É importante ressaltar que durante as últimas décadas no século XX, as Relações Internacionais distanciaram-se da ciência política o que levou a reflexões sobre o que seriam as Relações Internacionais sem estarem entrelaçadas a Ciência Política. Para compreendermos melhor estes dois campos teóricos, importa destacar, primeiramente, que as Relações Internacionais são uma subdisciplina da Ciência Política, isso significa que muitos dos conceitos e teorias que fundamentam o estudo das Relações Internacionais são originários da Ciência Política. Teorias como realismo, liberalismo e construtivismo, que são centrais nas Relações Internacionais, têm raízes em debates políticos mais amplos sobre poder, governança e comportamento humano. Além disso, a Ciência Política estuda como o poder é distribuído e exercido dentro de um estado e entre estados, e as Relações Internacionais, por sua vez, focam em como esses poderes interagem no cenário global. Portanto, a análise do poder, um tema central na Ciência Política, é essencial para entender as dinâmicas das Relações Internacionais e por isso estas duas áreas do conhecimento se entrelaçam.

Se faz necessário ainda compreendermos a relação existente entre a Ciência Política, a Ciências Sociais e as Relações Internacionais. No que se refere a sinergia existente entre essas duas últimas áreas, ressalta-se que é multifacetada, refletindo a interconexão entre diferentes áreas de estudo que buscam entender a sociedade, o comportamento humano e as dinâmicas globais. As Ciências Sociais incluem disciplinas como Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Economia, que fornecem as bases teóricas e metodológicas que sustentam o estudo das Relações Internacionais. Teorias sociais ajudam a explicar como os estados e outros atores interagem no sistema internacional, além disso as Ciências Sociais estudam o comportamento humano em contextos variados e no âmbito das Relações Internacionais essa análise é essencial para entender como líderes, governos e organizações tomam decisões.

Dentre todas as Ciências Sociais, as Relações Internacionais foram as que mais se distanciaram dos debates acerca dos impactos ocasionados pelo sistema capitalista e das questões de gênero, resultando em problemas prejudiciais para a ordem mundial, como a dificuldade de analisar criticamente as relações entre o Norte e Sul e as estruturas globais de exploração. Não é surpreendente que as Relações Internacionais sejam a disciplina das Ciências Sociais que, até o momento, demonstrou maior indiferença à perspectiva pós-colonial.

Essa indiferença se torna cada vez mais prejudicial em um mundo predominantemente não ocidental, em que as desigualdades de poder e riqueza continuam a se aprofundar e onde novos agentes, sejam eles não estatais ou subnacionais, começam a ganhar espaço e a introduzir novas demandas. A disciplina, influenciada pela hegemonia anglo-americana, foi moldada por conceitos, premissas e preocupações essencialmente ocidentais, muitas vezes pouco aplicáveis a outros contextos. Países e regiões que agora participam ativamente do cenário político e analítico das Relações Internacionais, se apresentam neste cenário do Pós-Colonialismo, como ferramentas indispensáveis, tanto do ponto de vista teórico quanto político, para reconhecer e interpretar a diversidade de atores, dinâmicas e desafios que historicamente têm sido excluídos das abordagens dominantes, tanto no passado quanto no presente.

É de suma importância ressaltar que o prefixo "Pós" de Pós-colonial não está atrelado em absoluto a uma ruptura com o período anterior, o período colonial, nem sua superação, o fim do colonialismo como estrutura política não significou sua extinção como fenômeno social, nem como mentalidade ou modelo de sociabilidade baseado em autoritarismo e discriminação. O Pós-Colonialismo, nesse sentido, funciona como uma ferramenta de revisão crítica da narrativa baseada na modernidade ocidental, além de oferecer uma análise do tempo presente, ainda influenciado por discursos, práticas, representações e relações políticas que perpetuam as desigualdades globais de poder e riqueza. O debate pós-colonial surgiu inicialmente na literatura e nos estudos culturais, expandindo-se posteriormente para áreas como Sociologia e História.

Bruna Cavallari (2014) apresenta três vertentes do pensamento pós-colonial: a clássica, representada por Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi; a dos Estudos Subalternos Sul-Asiáticos, liderada por Ranajit Guha; e a do Grupo Modernidade/Colonialidade, que insere a América Latina no debate, salientando a persistência da colonialidade nas esferas do poder, do saber e do ser. Dois conceitos fundamentais emergem dessa abordagem: colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se ao domínio direto de uma potência sobre outro território, enquanto a colonialidade, conforme o Grupo Modernidade/Colonialidade, ressalta a continuidade de hierarquias raciais, políticas e econômicas mesmo após a independência formal das colônias.

Aníbal Quijano (2005) assinala que a globalização e o padrão de poder mundial atual são resultado de um processo histórico iniciado com a formação da América e do capitalismo colonial/moderno, marcado por uma lógica de dominação baseada na colonialidade do poder e no eurocentrismo. O conceito de colonialidade abrange três dimensões: a manutenção das hierarquias sociais e raciais estabelecidas pelo colonialismo europeu; a "colonialidade do saber", que impõe conhecimentos eurocêntricos como universais; e a "colonialidade do ser", que desumaniza e inferioriza os sujeitos colonizados.

Achille Mbembe (2001) rejeita a ideia de que a África simplesmente saiu do colonialismo e entrou em uma nova era de liberdade. Para ele, a pós-colônia é uma condição de vida, uma herança complexa de violência, opressão e subordinação que continua a moldar as relações de poder mesmo após a independência formal. O autor introduz o conceito de "banalidade" para descrever a vida na pós-colônia, onde a violência e o absurdo se tornam cotidianos, e a vida do sujeito pós-colonial é marcada por uma profunda ambivalência, oscilando entre a submissão e a resistência.

Edward Said (1990) demonstra, por meio do conceito de Orientalismo, que o conhecimento sobre o "outro" não é neutro, mas está intimamente ligado ao poder. Da mesma forma, a África foi construída pelo imaginário europeu como primitiva, selvagem e sem história, representação que serviu para justificar a escravidão, o colonialismo e o genocídio. Tanto o Oriente quanto a África foram submetidos à mesma lógica de dominação eurocêntrica, baseada em uma dualidade assimétrica entre o Ocidente superior e o Outro inferior.

José Flávio Sombra Saraiva (2008) analisa o papel do continente africano na ordem internacional do século XXI, identificando uma transição positiva para maior protagonismo internacional, sustentada na democratização, no crescimento econômico e na elevação da autoconfiança das elites africanas. O autor critica, contudo, as visões pessimistas propagadas pela imprensa brasileira, que insiste em retratar a África de forma simplista e homogênea, reforçando estereótipos próprios da colonialidade.

Por fim, a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini (2012) fornece a chave econômica da análise. O conceito descreve a posição específica de economias dependentes que, ao atingirem determinado grau de desenvolvimento industrial, passam a reproduzir em escala regional as lógicas de dominação dos centros capitalistas globais. O Brasil, subordinado ao Norte global, atuaria como potência subimperialista em relação à América Latina e à África, buscando expandir mercados e influência sob o verniz da cooperação.

O Governo Temer e a Reorientação da Política externa africana-brasileira

A chegada de Michel Temer à presidência marcou uma inflexão significativa na Política Externa Brasileira. O chanceler José Serra, em seu discurso de posse no Itamaraty em maio de 2016, sinalizou a nova orientação ao afirmar que o Brasil precisava "voltar" a ser um parceiro confiável para os países desenvolvidos, criticando implicitamente o que chamou de "excesso de ideologia" na política externa dos governos petistas. Essa reorientação impactou diretamente as relações com o continente africano.

Nos governos Lula e Dilma, a cooperação Sul-Sul ocupara posição central na agenda brasileira, com destaque para a África a partir da abertura de embaixadas, Programas de Cooperação Técnica e forte presença da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Furtado (2013) registra que entre 2005 e 2009, o volume de recursos direcionados à cooperação internacional cresceu de forma expressiva, com 44,4 milhões de reais destinados a bolsas de estudo para estudantes africanos, especialmente por meio do PEC-G e do PEC-PG. A UNILAB, criada em 2010, representou a institucionalização mais concreta desse projeto.

Com Temer, o discurso da cooperação Sul-Sul foi progressivamente substituído por uma retórica de "parceria estratégica" e "interesse mútuo", mais alinhada à linguagem do liberalismo econômico. Não se tratou de abandono das relações com a África, mas de reconfiguração de suas bases discursivas e práticas, com maior ênfase nos aspectos comerciais e de conectividade em detrimento dos programas de cooperação social e educacional.

Análise das Fontes Primárias: Discursos e Acordos

A visita do chanceler José Serra a Cabo Verde, em 28 de maio de 2016, sua primeira viagem à África desde a posse, é um dado simbólico relevante. Ao escolher Cabo Verde como destino inaugural, o governo Temer sinalizava a importância do país lusófono como interlocutor

privilegiado. Serra reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores Luís Filipe Tavares, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva e o presidente Jorge Carlos Fonseca. As reportagens veiculadas nos jornais Metrópoles e Valor Econômico enfatizaram os termos "investimento", "conectividade" e "parceria econômica" como eixos centrais das conversas, em detrimento de menções à cooperação educacional ou social, diferença discursiva significativa quando comparadas às declarações diplomáticas do período anterior.

O Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília no dia 31 de outubro de 2016, constitui a fonte primária de maior densidade analítica do período. O documento, que substituiu o acordo anterior de 2004 e foi tramitado no Congresso por meio do Projeto de Decreto Legislativo nº 843/2017, estabelece dispositivos sobre liberdade tarifária, isenções alfandegárias, segurança operacional e ampliação da conectividade aérea entre os dois países.

A mensagem presidencial que acompanha o projeto destaca o objetivo de "promover o desenvolvimento do transporte aéreo internacional" e "estimular o turismo e os negócios" vocabulário que evidencia o caráter de um paradigma com ideal comercial. Chama atenção, no texto do acordo, a ênfase na "liberdade tarifária" e na "operação comercial" das rotas aéreas, sem menções explícitas à mobilidade estudantil ou aos programas de intercâmbio acadêmico que historicamente justificavam a necessidade de conectividade aérea entre os dois países. Essa escolha discursiva reflete a reorientação da política externa do governo em análise: a cooperação é mantida, mas ressignificada nos termos do interesse comercial.

A participação do presidente Temer na XII Conferência da CPLP, realizada na Ilha do Sal nos dias 17 e 18 de julho de 2018, oferece o terceiro eixo empírico de análise. Na ocasião, o Brasil transmitiu a presidência da organização a Cabo Verde. O evento foi marcado pela assinatura de acordos de cooperação entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e as televisões estatais dos países da CPLP. Em seu discurso, Temer enfatizou a "comunidade de língua e cultura" e os "laços fraternos" entre os países lusófonos retórica de aproximação identitária que, paradoxalmente, contrasta com o esvaziamento dos programas de cooperação social e educacional verificado ao longo de seu governo.

Essa contradição entre o discurso de fraternidade, irmandade lusófona e a prática de reorientação comercial da política africana é precisamente o que as ferramentas teóricas pós-coloniais permitem revelar. Como demonstra Said (1990), os discursos diplomáticos constroem representações do "outro" que servem a interesses específicos. A ênfase na identidade lusófona e nos "laços fraternos" funciona como dispositivo retórico que legitima relações que, em sua estrutura concreta, tendem a reproduzir assimetrias.

Cooperação Educacional: Avanços e Contradições

Apesar da reorientação discursiva do governo Temer, os Programas de Cooperação Educacional entre Brasil e Cabo Verde mantiveram relativa continuidade institucional. O PEC-G e o PEC-PG seguiram em operação, e a UNILAB continuou recebendo estudantes cabo-verdianos. Furtado (2013) identifica a educação como o campo de maior destaque nos acordos de cooperação entre Brasil e África, e essa centralidade não foi inteiramente revertida no período Temer.

Contudo, o próprio autor alerta que é preciso avaliar criticamente a cooperação educacional para além de sua face solidária. Furtado argumenta que, em numerosos casos, a chamada "cooperação para o desenvolvimento" resulta em dependência econômica, pois os países beneficiários frequentemente arcam com juros da dívida externa superiores aos recursos efetivamente recebidos. Nesse sentido, a cooperação pode perpetuar o subdesenvolvimento ao invés de superá-lo.

As cooperações entre o Brasil e a África apresenta diversos desafios, contradições e avanços que merecem ser destacados. Para uma melhor compreensão, é preciso ressaltar que a palavra "cooperação" deve ser entendida como uma relação de parceria e troca entre partes que se encontram em um mesmo nível jurídico e político. Entretanto, é fundamental

assinalar que, apesar das diferenças nos interesses, a base para uma cooperação efetiva reside no conhecimento mútuo, sem esse entendimento, as relações podem ser comprometidas por estereótipos e mal-entendidos. As relações entre o Brasil e os países africanos ocorrem desde o período pós-colonial, embora tenham se mostrado inconsistentes ao longo dos anos e há quem acredite que a presença histórica de africanos na formação da sociedade brasileira deveria constituir a base para uma cooperação sólida.

Porém, essa premissa é passível de questionamentos, uma vez que os principais agentes responsáveis por fazer acontecer essas corporações historicamente não possuem identificação cultural com a África, limitando-se frequentemente a um discurso retórico. As corporações têm sido baseadas em interesses nacionais e setoriais, como aspectos econômicos, geopolíticos e diplomáticos, muitas vezes disfarçados por terminologias como "cooperação para o desenvolvimento" e "ajuda pública ao desenvolvimento". A partir do levantamento bibliográfico, tem sido perceptível que autores como Cláudio Furtado se posicionam criticamente em relação ao conceito de "cooperação para o desenvolvimento", assegurando que, em numerosas ocasiões, essa assistência resulta em uma "cooperação para o subdesenvolvimento", tal situação ocorre porque os países beneficiários da ajuda externa acabam pagando mais em juros da dívida do que recebendo em recursos efetivos. Persistem, ainda, lacunas de conhecimento mútuo entre Brasil e África, o que favorece a perpetuação de visões estereotipadas e obstrui a construção de uma confiança recíproca.

Essa crítica dialoga com a análise de Marini (2012) sobre o subimperialismo brasileiro. Ao investir na formação de profissionais cabo-verdianos em universidades brasileiras, o Brasil projeta *soft power* e amplia sua influência no Atlântico Sul, o que pode ser lido tanto como cooperação genuína quanto como estratégia de expansão de influência econômica e cultural. A UNILAB, por exemplo, ao congregar estudantes de países africanos de língua portuguesa, cria redes de profissionais formados sob o paradigma acadêmico brasileiro, o que pode fortalecer a posição do Brasil como referência educacional no espaço lusófono, mas também criar dependências.

A tensão entre cooperação genuína e subimperialismo não se resolve facilmente. O que a análise das fontes do período Temer sugere é que, quando o discurso da cooperação educacional é progressivamente substituído pela retórica da conectividade comercial e do interesse mútuo, a dimensão emancipatória da cooperação tende a ficar subordinada a objetivos estratégicos de expansão econômica.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou a Política Externa Brasileira voltada para Cabo Verde durante o governo Michel Temer (2016-2018), a partir de três eixos centrais a visita de José Serra, o Acordo de Serviços Aéreos e a XII Conferência da CPLP, tomando como referencial teórico os estudos pós-colonial e a teoria do subimperialismo.

Os resultados indicam que o governo Temer promoveu uma reorientação discursiva na política voltada para o continente africano: sem romper formalmente com a cooperação estabelecida, reconfigurou suas bases retóricas, substituindo progressivamente o vocabulário da solidariedade Sul-Sul pela linguagem da parceria comercial e do interesse estratégico. Essa mudança é perceptível na análise dos discursos oficiais, que privilegiam termos como "conectividade", "investimento" e "parceria econômica", em detrimento às referências de cooperação social, educacional ou à identidade afro-brasileira.

As reflexões de Mbembe (2001), Said (1990), Quijano (2005) e Marini (2012) revelam que essa reorientação não é neutra: ela reflete e reproduz lógicas de colonialidade que estruturam as relações internacionais mesmo em contextos pós-coloniais. A ênfase retórica na "comunidade lusófona" e nos "laços fraternos", desacompanhada de investimentos concretos em programas de cooperação social, funciona como dispositivo discursivo que legitima relações estruturalmente assimétricas.

Isso não significa que a cooperação Brasil-Cabo Verde seja desprovida de valor ou de potencial emancipatório. Os programas educacionais como o PEC-G, PEC-PG e UNILAB representam conquistas concretas que beneficiam estudantes cabo-verdianos e fortalecem vínculos entre os dois países. Mas, como demonstra Furtado (2013), a cooperação só será verdadeiramente transformadora quando superar a lógica do interesse nacional unilateral e construir-se sobre bases de reciprocidade real e conhecimento mútuo.

Os estudos realizados no âmbito das Relações Internacionais, como campo disciplinar, precisam dialogar mais abertamente com as perspectivas pós-coloniais para dar conta da complexidade das relações Sul-Sul. Enquanto a disciplina permanecer refratária a essas abordagens críticas, permanecerá limitada em sua capacidade de analisar as assimetrias estruturais que atravessam a cooperação internacional. Estudos futuros poderão aprofundar a análise comparando a política africana do governo Temer com a dos governos Lula e Bolsonaro, mapeando as continuidades e rupturas em séries temporais mais amplas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Voluntária pelo apoio à pesquisa; ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e Sul Global-NEÁFRICA/UEMA-UFMA pelo espaço de diálogos e debates.

REFERÊNCIAS

CAVALLARI, Bruna. O Diálogo entre Pós-Colonialismo e Relações Internacionais. In: **Congresso Uruguaio de Ciência Política,** 5. Universidade Federal de Pelotas, 2014.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, p. 5-11, out./dez. 2013.

FURTADO, Cláudio Alves. Cooperação para o Desenvolvimento entre o Brasil e Cabo Verde: Possibilidades e Limites. **Olhares Sociais,** v. 2, p. 221-240, 2013.
MARINI, Ruy Mauro. **A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo**. São Paulo, n. 20, p. 11-30, 1º sem. 2012.

MBEMBE, Achille. **Sobre a Pós-colônia: Ensaio sobre a Imaginação Política na África Contemporânea.** Lisboa: Pedago, 2001.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 843/2017. Aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde. **Câmara dos Deputados.** Brasília, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 51, n. 1, p. 87-104, jan./jun. 2008. 6